

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS002376/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/07/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR041649/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.283979/2024-69
DATA DO PROTOCOLO: 22/07/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE ESTEIO, CNPJ n. 91.099.556/0001-32, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE SIRLON OLIVEIRA RIBEIRO;

E

PAULUZZI PRODUTOS CERAMICOS LTDA, CNPJ n. 92.275.718/0001-09, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). RENAN LEITE GERMANO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de junho de 2024 a 31 de maio de 2025 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário**, com abrangência territorial em **Esteio/RS e Sapucaia do Sul/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Em razão do presente ACT os pisos normativos serão reajustados em 4% , passando a partir de 01/06/2024 para os seguintes valores :

a) R\$ 1.663,56 Mensais para os SERVENTES.

b) R\$ 1.974,77 mensais para os PROFISSIONAIS.

Parágrafo Primeiro: Para os efeitos desta cláusula, consideram-se PROFISSIONAIS: Mecânicos, eletricitas, operadores de máquinas automotoras (trator, pá-carregadeira e similares), o responsável pelo cozimento (queimador) e controlador do equipamento de secagem.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Por força deste ACT a Empresa concederá a partir de 1º de junho de 2024 um reajuste salarial de 4% (quatro por cento) a incidir sobre o salário de 1 de junho de 2023, o índice recomponhe a inflação do periodo(01/06/23 a 31/05/24) de 3.34% INPC-IBGE mais um ganho real de 0.66%.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de empregado admitido após 1º de junho de 2023, o reajuste previsto no caput desta cláusula, será calculado de forma proporcional para preservar a hierarquia salarial, ou seja, 1/12(um doze avos), por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo Segundo: Serão compensados todos os aumentos, adiantamentos ou abonos concedidos após 1º de junho de 2023 , ressalvas as hipóteses previstas no item XXI, da Instrução Normativa 04/93 do Tribunal Superior do Trabalho.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - ENVELOPES DE PAGAMENTO

A Empresa fornecerá os envelopes de pagamento dos salários ou similares com identificação das parcelas pagas e dos descontos efetuados.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA SEXTA - QUINQUÊNIO

A empresa concederá um adicional de 4% (quatro por cento) a título de quinquênio a incidir sobre o salário contratual, para cada 5 (cinco) anos de serviços contínuos prestados ao empregador.

Parágrafo Primeiro : Será considerado também serviço contínuo, o período anterior quando o empregado for readmitido no prazo de 180 (cento e oitenta dias) do desligamento.

Parágrafo Segundo : Este benefício fica limitado a um número máximo de 04 quinquênios , ressaltando-se os trabalhadores que na data deste Acordo estejam à 12 meses ou menos , de implementar 25 anos de serviços contínuos à empresa, ocasião em que o lhes será assegurado o quinquênio de número 05.

Outros Adicionais

CLÁUSULA SÉTIMA - ASSIDUIDADE

As partes convencionam a manutenção do prêmio assiduidade atualmente pago pela empresa no percentual de 5% sobre o salário base, assim como o fornecimento mensal de uma cesta de alimentos contendo os seguintes itens:

5 Kg Arroz Branco T1,

3kg Açúcar Refinado,

1 Kg Massa c/ovos Espaguete

500g Massa c/ovos Parafuso
3 unidades de Óleo Soja Pet
3Kg Feijão Preto T1
3 Kg Farinha de Trigo Especial
400g Biscoito água e sal
400g Biscoito Sortido
1 Kg Farinha de Milho
400g Achocolatado em pó
350g Extrato de Tomate
1 Kg Café em Pó a vácuo
400g Doce de leite
1Kg sal
200g sache maionese

Parágrafo Primeiro: As partes ratificam as regras internas atuais da empresa para aferição do prêmio assiduidade, acrescentando que não perderá o benefício o trabalhador que tiver uma falta justificada no período de apuração, desde que exista comunicação ao gestor da necessidade da ausência e comprovação em até 48hs após a retorno.

Parágrafo Segundo : O benefício aqui convencionado não terá qualquer conotação de natureza salarial, portanto, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo Terceiro :A composição da cesta básica poderá ser alvo de ajustes, desde que previa e diretamente acordado entre a empresa e a comissão de salários que participou da negociação que resultou na implementação deste benefício.

Parágrafo Quarto : Ajustam as partes que esse benefício não se aplica aos trabalhadores que exerçam cargo de gestão e de atividades incompatíveis com controle de jornada (Artigo 62, incisos I e II da CLT) bem como ao menor aprendiz.

Parágrafo Quinto : Fica acordado que a cesta correspondente ao mês do aviso prévio não será entregue e sim o valor correspondente inserido e discriminado nas verbas rescisórias, para tanto as partes convencionam que o valor mínimo da cesta, a partir de **01.06.2024 passa a ser de R\$180,00**.

Parágrafo Sexto: **As partes convencionam que a Comissão de Salários e os Prepostos da Empresa tratarão diretamente sobre possíveis alterações nos itens que irão integrar a cesta básica, sempre observando-se o valor mínimo aqui ajustado.**

Parágrafo Sétimo : Ajustam as partes que o trabalhador poderá OPTAR entre receber a cesta básica OU cartão no valor de **R\$180,00** para aquisição de produtos alimentícios.

Parágrafo oitavo : A opção deverá ser manifestada de forma individual e expressa perante o RH até a data de **15.07.24**.

Parágrafo Nono: Feita a opção , o empregado poderá optar pela alteração do tipo de benefício somente por ocasião do fechamento de novo Acordo Coletivo de Trabalho.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA OITAVA - PPLR

As partes firmarão documento específico contendo as diretrizes da distribuição de lucros e resultados **referente ao ano de 2024 cuja apuração se dará no período de 01/07/24 a 31/12/24 , desconsiderando-se o primeiro semestre em razão do Estado de Calamidade do RS , decorrente dos ventos climáticos de maio/24.**

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - AUXILIO ALIMENTAÇÃO

A empresa concederá alimentação em refeitório estabelecido nas suas dependências, aos respectivos empregados, mediante convênio firmado com empresa especializada na elaboração e preparo de alimentos, com desconto em folha de pagamento de **R\$ 1,93**.

Parágrafo Primeiro : O auxílio- alimentação não terá natureza remuneratória , não integrando o salário para nenhum efeito .

Parágrafo Segundo: O desconto efetuado pelo empregador no salário do empregado será válido , desde que , previa e expressamente autorizado, pelo empregado.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO

As empresas pagarão um auxílio-escolar no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário normativo, em duas parcelas iguais de 25% (vinte e cinco por cento), **nos meses de setembro de 2024 e março de 2025** para o empregado que provar matrícula regular e frequência normal em escola de primeiro, segundo ou terceiro grau, independentemente de Instituição Pública ou Privada

Parágrafo único: Se o empregado não for estudante terá direito ao auxílio escolar referido no "caput" desta cláusula, desde que comprove ter 1 (um) filho de até 18 (dezoito) anos de idade, matriculado e frequentando : pré escola(neste caso a partir dos 04 anos de idade), escola de primeiro, segundo ou terceiro grau, independentemente de Instituição Pública ou Privada.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas contratarão em favor de seus empregados seguro de vida em grupo, por morte natural, acidental ou invalidez permanente, decorrente de acidente pessoal, no limite mínimo de **R\$ 11.842,248** por empregado

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESTA BÁSICA - APRENDIZES E TRABALHADORES INSERIDOS NO ARTIGO 62 CLT

Em razão do presente Acordo Coletivo, fica a empresa obrigada a fornecer, gratuitamente, nos meses de **08/2024, 11/2024, 02/2025 e 05/2025** UMA cesta básica a todos os aprendizes e trabalhadores que exerçam atividade externa não compatível com controle de jornada, enquadrados no inciso I do artigo 62 da CLT. Também em virtude da presente negociação os trabalhadores que desempenham cargo de gestão e não estejam sujeitos a controle de jornada, tipificados no inciso II do artigo 62 da CLT, receberão uma cesta básica mensal durante a vigência deste Acordo Coletivo.

ParagrafoPrimeiro : A cesta básica será do tipo Econômica, a qual será constituída no mínimo dos seguintes itens:

5 Kg Arroz Branco T1

3 Kg Açúcar Refinado

1 Kg Massa c/ovos Espaguete

500g Massa c/ovos Parafuso

3 unid Óleo Soja Pet

3Kg Feijão Preto T1

3 Kg Farinha de Trigo Especial

400g Biscoito água e sal

400g Biscoito Sortido

1 Kg Farinha de Milho

400g Achocolatado em pó

350g Extrato de Tomate

1 Kg Café em Pó a vácuo

400g Doce de leite

1kg sal

200g sachê maionese

Parágrafo Segundo: A cesta básica , prevista nesta Cláusula , não terá qualquer conotação de natureza salarial , portanto , não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido um valor mínimo para a cesta básica de R\$170,00 , sendo que os novos itens que agregarão a cesta básica atual , em razão do aumento do valor mínimo aqui negociado, serão discutidos diretamente entre Comissão de Salários e prepostos da empresa.

Parágrafo Quarto :Ajustam as partes que o trabalhador poderá OPTAR entre receber a cesta básica OU cartão no valor de **R\$ 180,00** para aquisição de produtos alimentícios.

Parágrafo Quinto : A opção deverá ser manifestada de forma individual e expressa perante o RH até a data de **15.07.24** .

Parágrafo Nono: Feita a opção , o empregado poderá optar pela alteração do tipo de benefício somente por ocasião do fechamento de novo Acordo Coletivo de Trabalho.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ATESTADO MÉDICO DEMISSIONAL

O exame médico demissional deverá ser realizado até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado a mais de: a) um (01) ano, para as empresas de grau de risco 1 e 2; b) 180 (cento e oitenta) dias, para as empresas de grau de risco 3 ou 4 (Quadro I da NR-4).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Inobstante a legislação não exigir a homologação de rescisões de contratos de trabalho , as partes estabelecem que o empregador , conforme sua conveniência , poderá homologar as rescisões de contrato de trabalho no Sindicato de trabalhadores.

1.No hipótese de recusa em homologar alguma rescisão contratual , o Sindicato dos trabalhadores deverá informar à empresa , por escrito, sua decisão.

2.Não comparecendo o empregado para receber as verbas rescisórias , no dia e hora marcados , o Sindicato atestará , por escrito a presença da empresa e a ausência do empregado.

3.A homologação de rescisões contratuais por justa causa não implicará em admissão pelo empregado , da falta que lhe é imputada.

4. No ato da assistência homologatória a empresa deverá apresentar todos os documentos para a conferência dos cálculos rescisórios , bem como os comprovantes de pagamento da Contribuição Assistencial do último ano, das duas Entidades (Patronal e Trabalhadores) .

5.No caso da empresa homologar todas as rescisões dos contratos de trabalho de seus empregados que vigoram por mais de 01 ano , poderá apresentar ao Sindicato dos Trabalhadores pedidos de quitação anual de débito trabalhista , na forma do artigo 507- B , da CLT , introduzido pela Lei 13467/17 , devendo o Sindicato analisar o conteúdo do pedido e documentos submetidos à apreciação, assim como emitir parecer positivo ou negativo , conforme sua convicção .

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO DE CONTRATO- ENTREGA DE RECIBO DE QUITAÇÃO

Por ocasião da rescisão de contrato de trabalho , independentemente do tempo de vigência , a empresa fornecerá ao respectivo empregado a segunda via ou cópia do recibo de quitação.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO DE DEMISSÃO

No curso do aviso prévio dado pelo empregador, se o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, a empresa deverá dispensá-lo do cumprimento do restante do prazo do aviso prévio, desobrigando-se, contudo, do pagamento daquele período não trabalhado.

Contrato a Tempo Parcial

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO

As empresas poderão acordar com o Sindicato profissional a contratação de trabalhadores, mediante contrato por tempo determinado criado pela Lei 9.601/98, ajustadas as condições para tanto.

Parágrafo Primeiro: O acordo a que se refere o caput rege-se-á pelas normas aplicáveis ao acordo coletivo de trabalho constantes dos artigos 611 e seguintes de CLT.

Parágrafo Segundo: Quando da assinatura do contrato de trabalho por prazo determinado as empresas fornecerão ao respectivo empregado, a segunda via ou cópia do contrato assinado.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE GESTANTE

As empresas garantirão estabilidade provisória à gestante desde a confirmação da gravidez até 5(cinco) meses após o parto.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REGIME DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIOS

No caso da empresa optar pelo regime de compensação total ou parcial dos sábados , poderão ultrapassar a duração normal de 8 horas diárias , até o máximo legal permitido, visando a compensação de horas não trabalhadas , sem que este acréscimo seja considerado como horas extras. No tocante a menores , deverá haver autorização médica, de profissional contratado pela empresa , por médico credenciado através de convênio mantido pela empresa ou por médico credenciado pelo INSS , podendo inclusive , na falta destes, a autorização ser dada por médico da entidade sindical , cujas despesas serão custeadas pela empresa interessada.

Além daquela prevista no " caput" , poderá a empresa promover a compensação de horas prestadas em mais de 44 horas por semana , pela correspondente diminuição ou supressão da jornada em outros dias , dentro do período correspondente a cada ano do calendário civil , tudo na forma da atual reação dos artigos 59, 59 A e 611 A e seus incisos I,II e XII da CLT , com redação dada pela Lei 13467/2017 .

A empresa poderá adotar a compensação da jornada de trabalho , nos termos do parágrafo segundo , do artigo 59 da CLT , com a redação adotada pelo artigo 6 da Lei 9601/98 , de modo que as horas eventualmente laboradas em algum dia da semana além do horário normal do empregado , não serão consideradas como extras, desde que sejam compensadas pela correspondente diminuição em outro dia , de maneira que não exceda os limites legais (10 horas diárias) , o que se dará conforme o seguinte regramento :

1.Fica estabelecido com base na legislação trabalhista a implementação de jornada flexível de trabalho com banco de horas , administrada através de débito e crédito , com jornada máxima diária de 10 horas , em regra cumprida de segundas a sábados formando, as variações de horário de trabalho, um banco de horas.

2.A efetivação do cumprimento deste acordo far-se á quando , por conveniência do serviço , for estabelecido ao empregado à alteração de sua jornada de trabalho .

3. A empresa fica autorizada a adotar este sistema da jornada flexível de trabalho com banco de horas de até 12 meses

4.As horas trabalhadas acima da jornada normal ,serão creditadas no banco de horas e, igualmente, as horas trabalhadas abaixo da jornada normal serão debitadas no banco de horas.

5.A compensação extraordinária aqui prevista fica limitada ao período de um ano.

5.1Alternativamente poderão ser adotados os seguintes procedimentos de compensação :

5.1.1 Folgas adicionais seguidas ou antecedidas ao período de férias individuais ou coletivas .

5.1.2 Folgas coletivas.

5.1.3 Dias de compensação de " pontes de feriados " de forma coletiva .

5.1.4 Folgas individuais , solicitadas pelo empregado interessado e estabelecidas com sua chefia .

6.Independentemente da jornada cumprida , dentro dos limite fixados no item I supra , o empregado que não registrar faltas injustificadas ao trabalho , perceberá o equivalente à sua jornada normal contratual correspondente a cada mês.

7.As ausências do empregado , desde que previamente comunicadas por ele, com no mínimo 48 horas de antecedência e autorizadas por sua chefia, serão registrados no banco de horas a débito do respectivo empregado , com base na sua jornada normal vigente. Não havendo esta autorização, será considerada falta sem justificativa , com os descontos legais.

7.1 Em caso de ausência injustificada do empregado nos dias em que foi convocado formalmente para compensação das horas devidas , será considerada falta para todos os fins legais , ocorrendo o desconto no salário do mês da mesma competência .

8.A empresa manterá o empregado permanentemente informado das horas a eles creditadas ou debitadas no banco de horas , mediante extrato mensal no cartão ponto, que consiste do saldo anterior, mais as horas creditadas e menos as horas debitadas no período, totalizando o número de horas positivas ou negativas que o colaborador tem direito a folga ou deve pagar para a empresa.

9.As férias , as gratificações natalinas , as ausências por motivo de saúde(atestados medicos) as licenças ou afastamentos previstos em lei ou na convenção coletiva , e os repouso semanais remunerados não serão afetados pela adoção deste sistema de jornada flexível com banco de horas .

10.As alterações de horários dentro do previsto neste acordo serão comunicadas ao empregado verbalmente, em condições de normalidade , com a seguinte antecedência :

10.1 Quando for a alteração para o mesmo dia: no turno imediatamente anterior .

10.2 Quando for alteração para o sábado : até o final da quinta feira anterior.

10.3Quando a alteração for para o dia seguinte: até o final da jornada do dia anterior.

11.Ao término do prazo do período de um ano e assim sucessivamente , haverá acerto de contas da seguinte forma:

12.1 Em havendo saldo credor em favor do empregado este será pago como horas normais , na folha de pagamento de salários do mês seguinte ao término do período de um ano.

12.1 Em havendo saldo devedor do empregado , o número de horas de seu débito será desconsiderado.

13.Na ocorrência de demissão, por iniciativa da empresa, o saldo credor será pago ao empregado como horas extraordinárias com adicional de 50%.

13.1 No caso de saldo devedor , serão desconsideradas para cálculo das verbas rescisórias , a que o empregado tenha direito.

14.Na ocorrência de demissão , por iniciativa do empregado , o saldo credor será pago ao empregado como horas normais.

14.1 No caso de saldo devedor, serão descontadas como horas normais para cálculo das verbas rescisórias , a que o empregado tenha direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO PARA GOZO DE FOLGAS

Poderá haver supressão do trabalho em determinado dia ou dias, mediante compensação com trabalho em outro ou outros dias , ou com supressão de trabalho e salário , com vistas ao alargamento de períodos de repouso semanal ou de feriados, bem como por ocasiões especiais como as de Natal, Ano Novo, Carnaval etc..

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALOS PARA DESCANSO

Na forma prevista no artigo 611-A da CLT combinado com o parágrafo único do artigo 611-B da CLT , poderá haver redução do intervalo mínimo de uma hora para até meia hora.

O Sindicato dos trabalhadores reconhece que a empresa possui refeitório adequado, com fornecimento de refeição , assim como há espaço para repouso , descanso e lazer no horários destinado ao intervalo.

No caso de determinação , administrativa ou judicial , de cessação , por qualquer motivo , do intervalo reduzido, não acarretará , no período em que foi observado, nenhum pagamento ou indenização aos empregados.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO FALTAS EMPREGADOS ESTUDANTES

A empresa abonará as faltas aos empregados estudantes nos dias de realização de provas escolares, no turno em que as mesmas ocorrerem, desde que regularmente matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, mediante comunicação ao empregador com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e comprovação posterior dentro de 48 (quarenta e oito) horas, quando as provas se realizarem dentro do horário de trabalho.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AREA DE DESCANSO

Em atenção a presente Negociação a Empresa implementará em sua planta operacional , **dentro de 30 dias a contar do registro deste ACT, uma área destinada ao descanso dos trabalhadores nos respectivos intervalos .**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - IMPLEMENTAÇÃO DE CONVENIOS COM REDES DE FARMACIA

Em razão deste ACT a Empresa compromete-se a estudar a viabilidade de firmar convênios com redes de farmácias locais a fim de proporcionar compras facilitadas para os trabalhadores , especialmente com maiores descontos .

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Enquanto vigorar convênio com o INSS, a empresa reconhecerá a validade aos atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos profissionais contratados pela entidade sindical dos trabalhadores, sujeitos porém, a rubrica da empresa ou da entidade conveniada, se houver.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS

A empresa designará local acessível aos empregados para fixação de convocações ou avisos assinados pelo Presidente da entidade sindical conveniente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

A Assembléia dos trabalhadores, ocorrida em 13/06/2024 autorizou os termos da presente clausula pertinente a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL em prol do Sindicato Profissional , o texto atende os limites consignados no TEMA 935 do STF , que pôs fim a discussão sobre o desconto para toda a categoria..

As partes tem ciência de que o valor destina-se a ressarcir o trabalho e as despesas da entidade sindical em promover negociação coletiva exitosa, que redundou em benefício financeiro para todos os empregados integrantes da categoria, associados ou não do sindicato.

Tal entendimento está respaldado no princípio constitucional da isonomia, da solidariedade, da boa-fé objetiva da função social da contratação coletiva (incisos II e III do artigo 8º e XXVI do artigo 7º da CF/88, artigos 421 e 422 do Código Civil, assim como artigos 611-A e 611-B da CLT) e amparado no inciso XXVI do artigo 7º da CF/88, que reconhece a negociação coletiva como direito fundamental de todos os trabalhadores e não apenas dos associados.

Desta feita a empresa descontará mensalmente, pelo período de 01/6/24 a 31/05/2025, a importância equivalente a 1% (até o limite salarial de R\$ 3.495,00) dos salários reajustados EM RAZÃO DO NOVO ACT, de todos os trabalhadores, sócios ou não do Sindicato.

O não recolhimento da importância e a não efetivação da respectiva transferência de valores para o STICM em até 05 dias após o desconto, acarretará à empresa o pagamento de uma multa no valor da quantia descontada dos empregados, acrescida de juros de mora de 2% ao mês, sem prejuízo da correção montaria.

Fica assinado o prazo de 10 dias a contar do registro do NOVO ACT no sistema mediador do MINISTÉRIO DO TRABALHO, para o exercício do direito de oposição por parte dos trabalhadores, pessoalmente, perante o Sindicato.

O sindicato se declara responsável pelos valores descontados a título de contribuição assistencial, de modo que em havendo ordem judicial para que a empresa devolva os valores descontados sob tal rubrica, a entidade, no prazo de até 05 dias a contar da notificação da existência da ordem de devolução, procederá o ressarcimento.

O direito de oposição é inerente a liberdade sindical individual, de modo que eventual interferência da empresa, qualquer que seja: orientação, redação, remessa, entre outros referente a oposição, constituirá conduto antisindical passível de encaminhamento as autoridades competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MULTAS

O recolhimento fora dos prazos estabelecidos nas cláusulas anteriores está sujeito à multa de 5% e juros de mora de 1% ao mês, exigível apenas após prévia notificação do Sindicato à empresa da irregularidade e desde que a empresa não apresente justificativa ou promova recolhimento em até 10 dias da notificação.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FORMA

Este instrumento é lavrado por meio do Sistema Mediador do MTE, e requerimento de registro, assinado pelas partes signatárias, **será encaminhado via plataforma .ORG do Governo Federal.**

}

JOSE SIRLON OLIVEIRA RIBEIRO
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO
MOBILIARIO DE ESTEIO

RENAN LEITE GERMANO
Diretor
PAULUZZI PRODUTOS CERAMICOS LTDA

ANEXOS
ANEXO I - ATA APROVAÇÃO DO ACT

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.